



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO – PMMH
Av. Carlos Libório, nº 101 – Centro, CEP: 64.650-000, Monsenhor Hipólito - PI
CNPJ: 06.553.770/0001-48
FONE: (89) 3433-1155
E-mail: pmmhpi@yahoo.com

LEI MUNICIPAL Nº 267, de 25 de agosto de 2017

“Dispõe sobre a regulamentação e critérios para a concessão dos benefícios eventuais da Assistência Social em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária, emergenciais e de calamidade pública”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO/PI**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, **FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei, com fulcro nos artigos 23, II, 30, I e II, 203 e 204, I, da Constituição Federal, artigo 26 da Lei complementar Federal nº 101, de 04 de Maio de 2000, artigos 15, I e II, 22 da Lei Federal 8.742 de 07/12/1993, na Resolução nº 212, de 19,10, 2006, e no Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, regulamenta a concessão, pela administração pública, dos benefícios eventuais de Assistência Social.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, concedido por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: Na comprovação das necessidades para concessão do benefício eventual, são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 3º Destina-se o benefício eventual aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência possa provocar riscos e fragilizar a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º Considera-se Família para efeito da avaliação da renda per capita o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homo afetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS)..

Art. 4º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos na forma de:

I – em espécie, com bens de consumo;

II – em pecúnia.

Parágrafo Único: A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas no caput deste artigo.

Art. 5º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais de Assistência Social.

Parágrafo Único: Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais:

I – concessão de medicamentos;

II – concessão de órtese e prótese;

III – tratamento de saúde fora de domicílio.

CAPÍTULO II

Do Valor dos Benefícios Eventuais

Art. 6º O critério para a concessão do benefício eventual é o que determina a Lei nº 8.742, de 07/12/1993, no seu art. 22, não havendo impedimento para que o critério seja fixado também em valor inferior ou igual a ¼(um quarto) do salário mínimo.

CAPÍTULO III

Da Concessão dos Benefícios Eventuais

Art. 7º A concessão do benefício eventual pode ser requerida por qualquer cidadão ou família à Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante atendimento dos seguintes requisitos:

I – atendimento da condição descritiva no art. 3º desta Lei;

II – preenchimento do formulário elaborado pela assistente social responsável pelo atendimento dos benefícios socioassistenciais na Secretaria Municipal de Assistência Social;

§ 1º O auxílio na forma de bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e utensílios de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária;

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 90(noventa) dias após o nascimento;

§ 3º O benefício natalidade deve ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento;

§ 4º O benefício natalidade será devido à família em número igual ao das ocorrências desses eventos;

§ 5º O benefício natalidade, no caso de viabilizado em pecúnia, pode ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária (mãe, pai ou qualquer outro parente até segundo grau) ou a pessoa autorizada mediante procuração.

Seção III

Do Auxílio Viagem

Art. 13º O benefício eventual em forma de auxílio-viagem constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em passagem, de forma a garantir ao cidadão e às famílias condições dignas de retorno à cidade de origem ou visita a parentes, em casos de doenças ou morte em outros em outros Povoados, Municípios ou Estados.

Art. 14º O benefício auxílio-viagem é destinado às famílias e terá, preferencialmente, as seguintes condições:

I – de doença, falecimento de parentes, consanguíneo ou afim, que residem em outras cidades, povoados e Estados;

II – visita anual ascendentes ou descendentes em outras localidades, municípios, povoados e Estados;

Art. 15º O benefício auxílio-viagem consiste na inclusão de despesas com alimentação, garantindo a dignidade e respeito à família beneficiária.

§ 1º Quando se tratar de emigrante, acompanhado ou não de sua família, serão dadas condições dignas de retorno à cidade de origem, asseguradas as despesas com alimentação e contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de garantir condições de permanência da família através de acompanhamento qualificado, visando a sua permanência na cidade;

§ 2º Quando o benefício auxílio-viagem for assegurado em pecúnia deve ter como referência o valor das despesas com passagens e alimentação.

Seção IV

Do Auxílio Cesta Básica

Art. 16º O benefício eventual, na forma de auxílio cesta básica, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos na quantidade e qualidade devidas, de forma a garantir uma alimentação saudável e com segurança às famílias beneficiárias.

Art. 17º O benefício cesta básica é destinado às famílias beneficiárias e o terço, preferencialmente, os seguintes critérios:

- I – desemprego, morte e/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- II – no caso de emergência ou calamidade pública;
- III – grupos vulneráveis e comunidades tradicionais.

Seção V

Do Auxílio Moradia

Art. 18º O benefício eventual, na forma de auxílio moradia, constitui-se uma ação da assistência social para provê em forma de aluguel social e/ou na concessão de moradia às famílias de baixa renda que tenham sofrido perdas do imóvel, ou até mesmo não tenham condições de arcar com o pagamento do seu próprio aluguel, devido vulnerabilidade financeira, calamidade pública, ou e encontre morando nas ruas.

Seção VI

Das Calamidades Públicas

Art. 19º Entendem-se como ações assistenciais, em caráter de emergência, aquelas provenientes de calamidades públicas provocadas por eventos naturais e/ou epidemias.

Art. 20º Enquadra-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:

- I – abrigos adequados;
- II – alimentos;
- III – cobertores, colchões e vestuários;
- IV – filtros.

Art. 21º No caso de calamidades, situações de caráter emergencial, deve ser realizada uma ação conjunta das políticas setoriais municipais, no atendimento aos cidadãos e às famílias beneficiárias;

Art. 22º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Seção VII

Das Competências

Art. 23º Compete ao município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, as seguintes diretrizes:

I – estimar a quantidade de benefícios a serem concedido durante cada exercício financeiro;

II – coordenação geral, operacionalização, acompanhamento e avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;

III – manter Assistente Social que proceda ao atendimento, acompanhamento, concessão e orientação dos benefícios eventuais;

IV – realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda, para constante ampliação da concessão;

V – expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

VI – manter arquivo onde se registrem os requerimentos já efetuados, com o fim de evitar doações indevidas e para aferição das carências da população;

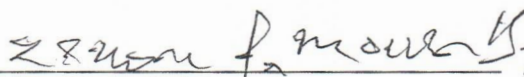
VII – articular com a rede de proteção social básica e especial, entidades não governamentais e políticas setoriais, ações que possibilitem o exercício da cidadania das famílias, seus membros, indivíduos e cidadãos que necessitam dos benefícios eventuais, através da inserção social em programas, projetos e serviços que potencializem suas habilidades em atividades de geração de renda.

Art. 24º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social deliberar as seguintes ações:

- I – informar sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais;
- II – avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a regulamentação de concessão e o valor dos benefícios eventuais;
- III – apreciação dos requerimentos de concessão dos benefícios eventuais e o pagamento dos mesmos;
- IV – estabelecer padrões e limites das despesas a serem realizadas mediante o emprego dos benefícios eventuais;
- V – analisar e aprovar os instrumentos utilizados para a concessão e cadastramento dos beneficiários;
- VI – promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais, assim como os critérios para sua concessão.

Art. 25º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito (PI), 25 de agosto de 2017.



Zenon de Moura Bezerra
Prefeito Municipal

Levado a sessão nesta data, Câmara Municipal
de Monsenhor Hipólito em 22 / 09 / 2017

Antônia Elcione Rodrigues
AUXILIAR DA CÂMARA

A ORDEM DO DIA DA SESSÃO DE HOJE
Sala das sessões da Câmara Municipal
de Monsenhor Hipólito, 22 / 09 / 2017

Maria Doracema Bezerra Schiavari
Secretário da Câmara

Aprovado em PRIMEIRA Discussão
por UNANIMIDADE

Sala das Sessões, em 22 / 09 / 2017

Maria Doracema Bezerra Schiavari
Secretário da Câmara

A SANSÃO

Sala das Sessões, em 22 / 09 / 2017

Pauliana de S. Bezerra Gomes
Presidente da Câmara

SANCIONADA

Nesta data, 25 / 09 / 2017

22.ª Moa J. M. de S. Bezerra
Prefeito Municipal